

REFLEXÕES

ÁREA SÓCIO CULTURAL AMBUNDU

JINGA MBANDI E O PODER

ROSA CRUZ E SILVA



LUCIO LARA

EXECUÇÃO GRÁFICA:

LITO-TIPO, LDA.

RUA 1.º CONGRESSO DO MPLA, 39

LUANDA — REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

INTRODUÇÃO

O final do Século XVI, na História de Angola, é caracterizado por um período de grande mudança na vida das suas populações.

Em 1565, Ngola-a-Mbandi deixa partir livremente Paulo Dias de Novais para Portugal. Este leva consigo, o parecer do soberano Africano de como deveriam ser as relações entre Portugal e Ndongo, fazendo assim, valer os direitos que lhe cabiam no seu território.

Paulo Dias regressa a Luanda, e desta vez com novo projecto, uma nova linha de acção. A sua política passa, a ter um cariz profundamente militar, conquistador, provocando deste modo o desassossego, a revolta, a guerra no território Africano alvo da cobiça Portuguesa.

Esta situação vai perdurar. Chegando ao Século XVII, Portugal e a Africa que pretende conquistar, são dois beligerantes de uma contenda em que o fito dos primeiros é submeter, avassalar, conquistar. Os segundos defendem-se, capitulam, voltam a defender-se e perdem finalmente.

É neste quadro, que pretendemos fazer uma breve incursão ao Reino do Ngondo, com o objectivo de rever um período da sua história, este marcado pela actuação de uma personagem feminina que se coloca em posição de destaque, uma mulher, toma em suas mãos as alavancas do poder, e gere a seu modo os destinos do Reino. Estamos obviamente e refirnos à famosa Rainha Jinga Mbandi.

A nossa intenção é fazer uma abordagem centrada no percurso por ela seguido, na direcção do Ngondo e da Matamba, confrontados com o inimigo português, que já os seus antecessores se viram obrigados a combater.

Pretendemos um tratamento o mais exaustivo possível das fontes que se nos oferecem para consultar, isto é, tentaremos descrever a sequência dos acontecimentos, para melhor compreender o "Ser Político" que foi a Rainha no quadro mais geral da situação vigente no Reino, no conjunto de acções que movimentaram os seus homens.

Partimos para a tentativa de reabilitação de Jinga Mbandi, já que uma boa parte da bibliografia que a trata, está em nosso entender eivada de algumas incongruências, não permitindo deste modo, uma percepção mais ou menos clara do papel que esta grande figura da nossa História desempenhou.

O que importa salientar, e é justamente por essa via que conduzimos o nosso trabalho, é entender a personalidade da Rainha, vista no contexto geral do Reino. Como se ligam os factos, na dinâmica da sua permanência no poder, as implicações daí decorrentes sob o ponto de vista político-militar, social e económico.

Para a execução deste objectivo, servimo-nos de três fontes essenciais consultadas no Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica, a saber: História Geral das Guerras Angolanas de Cardonega, Descrição dos Três Reinos Congo, Matamba e Angola de Cavazzi, e ainda de Heintze, Fontes para a História de Angola do Século XVII. Aqui encontramos um conjunto valioso de documentos referentes ao período de governação de Fernão de Sousa, que nos elucidaram sobremaneira, acerca da fase mais influente da carreira política da Rainha.

Contudo, é mister referir que as fontes apontadas, nem sempre nos esclareceram sobre o que pretendíamos, algumas lacunas contidas, coarctaram as nossas expectativas em conseguir um discurso o mais objectivo possível.

Ainda assim, é uma tentativa que julgamos urgente de se empreender, pois só desta forma nos ensaiaremos na busca de mais luz para a História de Angola que aos poucos se irá fazendo.

In, HEINTZE, Beatrix, Fontes para a Historia de Angola do Século XVII:
 1985, pág.6.

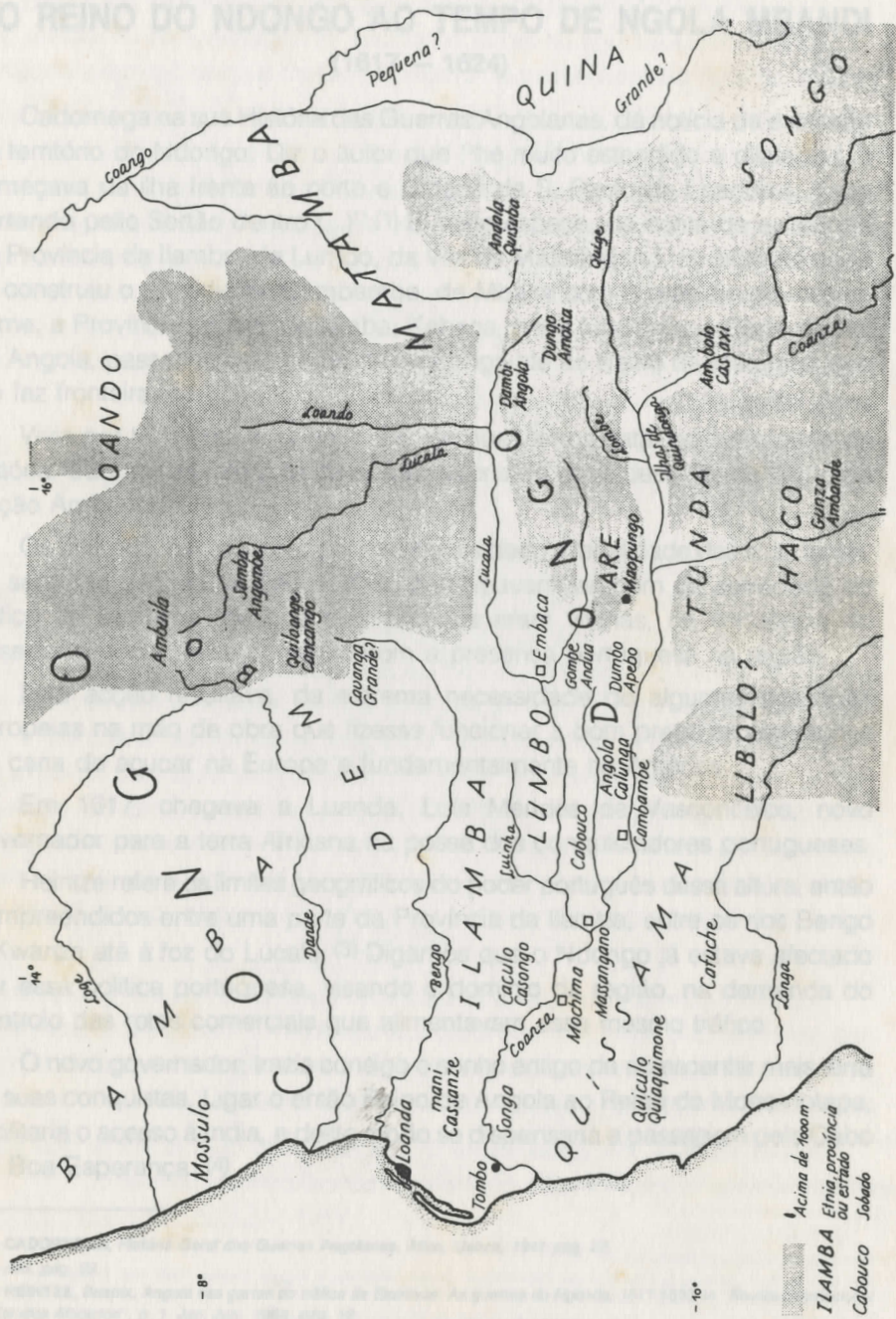
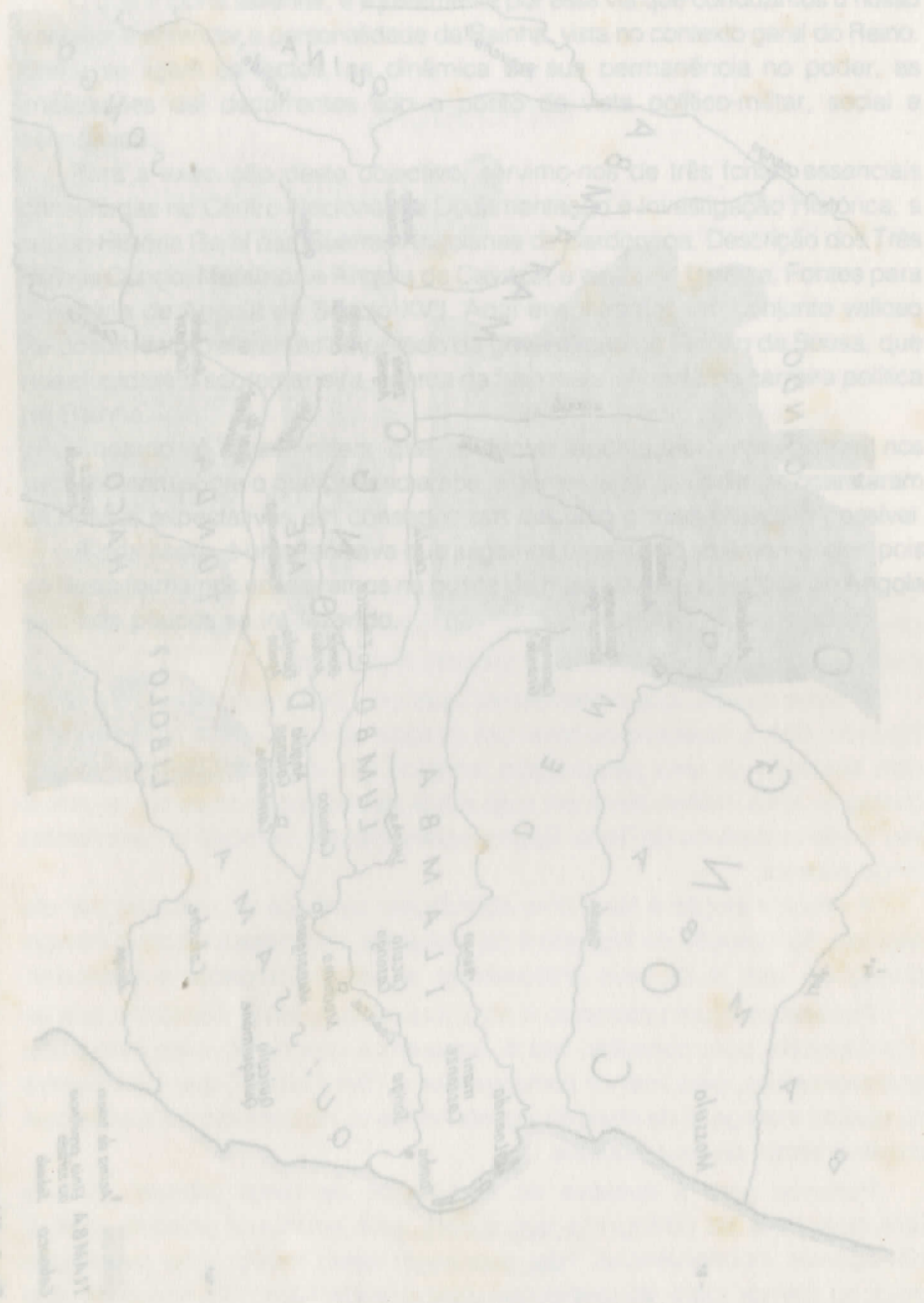


Fig. 2. Ndongo e regiões circunvizinhas na época de Fernão de Sousa (ortografia da fonte)

Fig. 1. Território e cidades do Reino de Aragão (segundo o mapa)



1502, pag. 6.

I O REINO DO NDONGO AO TEMPO DE NGOLA MBANDI

(1617 — 1624)

Cadornega na sua História das Guerras Angolanas, dá notícia da extensão do território do Ndongo. Diz o autor que "he muito estendido e dilatado (...) começava da ilha frente ao porto e Cidade de S. Paulo de Loanda (...) vay correndo pello Sertão dentro (...)".⁽¹⁾ E neste espaço, dá conta da existência da Província da Ilamba, de Lumbo, da Vila de Massangano, de Museke onde se construiu o presídio de Cambambe, de Mbaka com o presídio do mesmo nome, a Província de Adi, de Umba, Kabaça, onde funcionou a Corte do Rei de Angola, passando pelas ilhas da Kindonga até ao Reino da Matamba que lhe faz fronteira.

Vivia por toda esta terra um povo, de que vamos tratar em uma parte da história. Cadornega refere ainda que a maioria do povo deste Reino "erão de nação Ambundo".⁽²⁾

Os Mbundu, camponeses por excelência dado à fertilidade das suas terras, na segunda década do Século XVII, participavam também da actividade do tráfico de escravos, de que eles próprios eram vítimas, na sequência do desenvolvimento deste comércio com a presença portuguesa na região.

Esta acção resultava, da extrema necessidade de algumas potências europeias na mão de obra que fizesse funcionar a bom preço as plantações da cana de açúcar na Europa e fundamentalmente na América.

Em 1617, chegava a Luanda, Luís Mendes de Vasconcelos, novo governador para a terra Africana na posse dos conquistadores portugueses.

Heintze refere os limites geográficos do poder português dessa altura, então compreendidos entre uma parte da Província da Ilamba, entre os rios Bengo e Kwanza até à foz do Lucala.⁽³⁾ Digamos que o Ndongo já estava afectado por essa política portuguesa, visando o domínio da região, na demanda do controlo das rotas comerciais que alimentavam esse mesmo tráfico.

O novo governador, trazia consigo o sonho antigo de acrescentar mais terra às suas conquistas. Ligar o então Reino de Angola ao Reino do Monomotapa, facilitaria o acesso à Índia, e deste modo se dispensaria a passagem pelo Cabo da Boa Esperança.⁽⁴⁾

1 — CADORNEGA, *História Geral das Guerras Angolanas*, Ática, Lisboa, 1941 pág. 27.

2 — *Ibid.*, pág. 29.

3 — HEINTZE, *Beatrix, Angola nas garras do tráfico de Escravos: As guerras do Ngondo, 1611-1630*, in "Revista Internacional de Estudos Africanos", p. 1. Jan. Jun., 1984, pág. 12.

4 — DELGADO, *Ralph, História de Angola, Benguela, 1948, Vol. II, pág. 154.*

Para este empreendimento, chegou o governador a expôr para Lisboa o rol das necessidades que tal tarefa importava. Não passara de um sonho. No entanto as hostilidades entre os dois Reinos, tiveram a partir daí maior impulso.

Reinava o Ndongo por essa altura Ngola Mbandi que sucedera tempos atrás a seu pai Jinga Mbandi Ngola-Kiluanji. Este último soberano, para além de Ngola Mbandi, deixara três filhas: "a mais velha foi o seu apelido Dona Anna e Souza e pello da terra ginga, a do meyo se chamou Dona Gracia, e apelido da terra quifungi, e a mais moça Dona Barbara, e pello nome da terra mocambo, (...)". (5) Ngola-a-Mbandi coloca-se como principal candidato ao trono, ou antes faz tudo nesse sentido. Afasta à partida as possíveis barreiras que se puseram à sua ascensão e posterior permanência no poder. Matou o sobrinho, filho de Jinga Mbandi e tornou estéreis as irmãs. (6)

Ngola Mbandi, torna-se o Rei do Ndongo, trilhando os passos de seu pai "em odio da Nação Portuguesa, e em não querer a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo (...)". (7)

Em finais do Século XVI, o Ndongo viu sucederem-se os seus reis tal como os governadores que Portugal enviava a Luanda na defesa dos seus interesses na região. Contudo, a política dos primeiros pautou-se sempre nos mesmos princípios, garantir a sua independência política. No plano comercial, estava já por essa altura, intimamente relacionada com o tráfico Atlântico como vimos atrás. Criara-se uma dependência entre os governantes africanos e os Portugueses que se fixaram no litoral. (8) Dependência essa que advinha do facto do Ndongo alimentar um comércio que se ecoa para o mar em troca de mercadoria europeia. Não é passível de comparação o valor entre os bens que consubstanciavam a mesma. Partem os homens do Ndongo, e por sinal os mais fortes, isto é gente que demonstrou ser capaz de suportar os sacrifícios do engenho.

A preferência na aquisição dos escravos nesta zona, resulta precisamente das garantias que estes homens à partida ofereciam. "Todos são deste reino, porque no Congo se resgata panaria, (...) porque os escravos que delle vêm não seüe para armações por serẽ Anzicos e morrerẽ muitos." (9)

Ngola Mbandi, em nada altera o procedimento que já vinha dos seus antepassados, a perservação da Independência política do Reino.

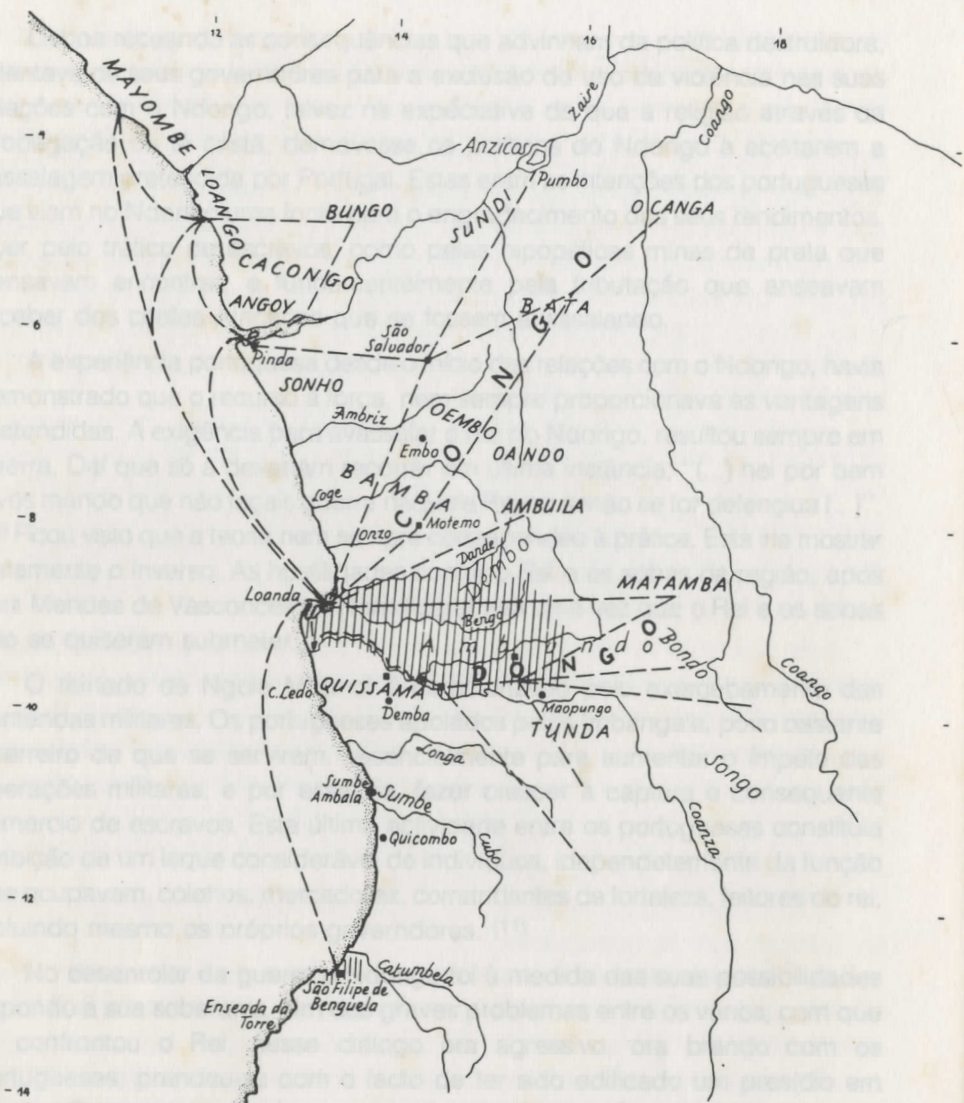
5 — CADORNEGA, op. cit., I, pág. 31

6 — CAVAZZI, A., *Descrição Histórica dos Três Reinos: Congo, Matamba e Angola*, Lisboa, 1965, Vol. II, pág. 78.

7 — CADORNEGA, op. cit. pág. 154.

8 — HEINTZE, Beatrix, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, Stuttgart.

9 — *Ibid*, pág. 197.



In, Heintze; Fontes para a Historia de Angola Seculo XVII, pag. 4.

- ||||| c. 1620 sob o domínio português
- Songo Etnia
- QUISSAMA Sobado, província ou estado
- Principais vias comerciais (traçado esquemático)
- Presídios portugueses
- Localidades africanas

Fig. 1. África Central Ocidental na época de Fernão de Sousa (ortografia da fonte)

Para esta empresa árdua, chegaram governados e reis para ajudar o rei das nações a fazer tal tarefa imponente. Não passara de um norte. No entanto as necessidades exije os dois Reinos, tiveram a partir de maior impulso.

Reinava o Ndongo por 1580. Ngola Mbinda que se havia tempos atrás a seu pai Jinga Mbinda e Ngola Kwana. Era último filho de Ngola Mbinda, da para três filhos, a filha Ngola Kwana, o filho Dona Anna e Souza e pelo da terra de Ngola e do meio de Ngola Kwana, a apolo da terra quilungu, a filha de Ngola Barbara e o filho de terra mocambo, (...)

Ngola Mbinda cobria o reino de Angola e o reino de Benguela, porém faz tudo neste sentido. Alíngua a primeira coisa que se viu a ser a sua escadaria e o melhor para o reino de Angola e o sobrinho, filho de Jinga Mbinda e terra de Benguela.

Ngola Mbinda tomou o nome de Ngola Mbinda e os pais de seu pai em odio da Igreja Portuguesa e a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo (...)

Em finais do século XVI, os portugueses tratavam os seus reis tal como os governadores de Angola e Benguela, defendendo os seus interesses na região. Contudo, os portugueses não estavam sempre nos mesmos princípios, quer na defesa dos interesses portugueses, quer no plano comercial, estava lá por essa altura, a dependência entre os governantes africanos e os Portugueses e a dependência entre os portugueses e a dependência do facto do Ndongo alimentar um comércio de escravos para o mar em troca de mercadorias europeias. Não é possível de compreender o vício entre os bens que consumiam a mesma. Porém os homens do Ndongo e por isso os mais fortes, isto é gente que demonstrou ter coragem de suportar os sacrifícios do engenho.

A preferência na aquisição dos escravos para o mar, resulta precisamente das garantias que estes homens e suas famílias tinham. Todos são reis, não são no Congo se regista a mesma situação (...)

Fig. 1. - África Central Ocidental na época do Fim do século XV e início do século XVI. (Lara, 1961, p. 20).

Lisboa receando as consequências que advinham da política destruidora, orientava os seus governadores para a exclusão do uso da violência nas suas relações com o Ndongo, talvez na expectativa de que a religião através da propagação da fé cristã, demovesse os políticos do Ndongo a aceitarem a vassalagem pretendida por Portugal. Estas eram as intenções dos portugueses que viam no Ndongo uma fonte para o engrandecimento dos seus rendimentos, quer pelo tráfico de escravos, como pelas hipopéticas minas de prata que pensavam encontrar, e fundamentalmente pela tributação que anseavam receber dos chefes Africanos que se fossem avassalando.

A experiência portuguesa desde o início das relações com o Ndongo, havia demonstrado que o recurso à força, nem sempre proporcionava as vantagens pretendidas. A exigência para avassalar o Rei do Ndongo, resultou sempre em guerra. Daí que só a deveriam recorrer em última instância, “(...) hei por bem e vos mando que não façais guerra naquele Reyno senão se for defençiua (...)”.

(10) Ficou visto que a teoria nem sempre correspondeu à prática. Esta iria mostrar justamente o inverso. As hostilidades contra o Rei e os sobas da região, após Luís Mendes de Vasconcelos, intensificaram-se uma vez que o Rei e os sobas não se quiseram submeter.

O reinado de Ngola Mbandi é caracterizado pelo exarcebamento das contendas militares. Os portugueses apoiados pelos Imbangala, povo bastante guerreiro de que se serviram, essencialmente para aumentar o ímpeto das operações militares, e por essa via, fazer crescer a captura e conseqüente comércio de escravos. Esta última actividade entre os portugueses constituía ambição de um leque considerável de indivíduos, idependetemente da função que ocupavam, colonos, mercadores, comandantes de fortaleza, feitores do rei, incluindo mesmo os próprios governadores. (11)

No desenrolar da guerra o Ndongo foi à medida das suas possibilidades impondo a sua soberania. Um dos graves problemas entre os vários, com que se confrontou o Rei, nesse diálogo ora agressivo, ora brando com os portugueses, prendeu-se com o facto de ter sido edificado um presídio em Mbaka. Como referem às fontes a localização do presídio constituía uma séria ameaça à segurança do Ndongo, ou antes o respectivo presídio situava-se em terras sob a tutela de Ngola-Mbandi, levando por esse facto o Rei a protestar por várias vezes, através de emissários que enviou ao seu inimigo, na busca de soluções que não perigassem o seu domínio da região. Foram-se passando os anos, e a situação que se vivia no Ndongo permanecia polvorosa.

10 — *Ibid.*, pág. 137.

11 — HEINTZE, *Beatrix*, op. cit., 1984, pág. 13.

Depois de 1617 até aos anos 20, a guerra que desenvolveu Luís Mendes de Vasconcelos subio o sertão, atingindo a Província de Adi, passando por Kilamba Bamba Kwanza, pelas terras de Ndala? Danji no Reino da Matamba.

As pressões foram tais, que a resistência oferecida, já não pôde obviamente garantir o Reino, na sua força e acção plena. A alternância governativa de Lisboa, mais não fez do que deixar promessas a Ngola Mbandi, sem nunca as cumprirem. De Luís Mendes de Vasconcelos, cuja acção estivemos a descrever, o Capitão Mor a quem se deve a construção do presídio de Mbaka, passando por João Correia de Sousa, Pedro de Sousa, todos ignoraram a exigência de Ngola Mbandi, o que motivou o encarniçar dos combates, e a redução paulatina do domínio do Rei, tendo as investidas como atrás se referiu atingindo inclusivamente o Reino de Matamba.

Ngola Mbandi insiste na retirada do presídio de Mbaka, e parte para o confronto, em resposta às acções portuguesas, o que lhe vai custar imensas perdas. A aliança dos Portugueses com os Iimbangala e a traição de alguns sobas que se foram colocando na trincheira dos conquistadores, constituíram força maior, e as suas tropas não puderam resistir. Foi perdendo terreno e a situação tornara-se favorável aos portugueses. O Rei viu-se forçado a procurar refúgio nas ilhas do Kwanza, onde se fixou. (12)

Esta guerra como não podia deixar de ser, devastou os campos cultivados, impediu a criação do gado, encerrou as feiras, entre outras actividades desenvolvidas pelo povo Mbundu em tempo de paz.

Era este o cenário do Ndongo, após os vários anos de combates o que levou o Rei a negociar, talvez não estivessem perdidas todas as esperanças. Corria o ano de 1621, e Luís Mendes de Vasconcelos era substituído por João Correia de Souza. Para tentar repôr a situação de calma que todos almejavam, o Rei recorre uma vez mais à diplomacia.

Quem entre os seus, estaria em condições de executar com eficácia a tarefa de dialogar com os portugueses?

O Rei chama para esta importante missão, sua irmã mais velha, Jinga Mbandi, que se encontrava afastada da Corte, habitando a ilha de Ndanji, no interior, onde tinha a sua residência. (13)

Ao que parece, o Rei não hesita. Tudo indica que o soberano reconhece em Jinga Mbandi a personagem adequada para fazer valer os interesses do Reino, junto das autoridades portuguesas. Pese embora o facto de existir entre ambos, algumas contrariedades, desde a altura em que o Rei sobe ao poder e mata o sobrinho, filho de Jinga. (14)

Havia que se vencer as querelas atingidas, estava em causa a sobrevivência do Reino do Ndongo, a honra dos Ngola Kiluanji.

12 — HEINTZE, *Beatrix*, op. cit., 1985, pág. 196.

13 — CAVAZZI, *A*, op. cit., Vol II, pág. 78.

14 — *Ibid*, pág. 65.

II — O PERCURSO PARA O PODER

Jinga Mbandi iniciou a sua carreira política a partir da altura em que responde favoravelmente ao apelo que lhe fizera o irmão, para exercer o papel de Embaixadora do Ndongo junto dos portugueses, visando a conquista da paz entre os dois reinos.

É instruída pelo irmão, segundo rezam as fontes “(...) pediu-lhe que aceitasse ir ate Luanda como medianeira de paz (...) se os Portugueses mostrassem o desejo de a atrair ao cristianismo e de a baptizar, não recusasse (...)”. (15) Cavazzi, refere ainda a este propósito que Jinga ficou por este meio em condições de juntar ao seu nome o título de “Ngambele”, isto é Embaixadora, E o prestígio da futura Rainha crescia.

Todos os passos por ela executados a partir desta importante missão, indicam o prenúncio de uma carreira política dolorosa para esta Mulher que mais tarde irá ter em mãos os destintos do Ndongo, da Matamba que ela acaba por conquistar.

Jinga assumira perante as autoridades portuguesas o papel desempenhado por um Chefe soberano e não propriamente o de Embaixadora, tal foi a exuberância com que fez vincar os interesses do Reino. Dotada de uma inteligência invulgar, usou todas as suas capacidades para mostrar aos seus interlocutores o prestígio do Reino do Ndongo, do seu Rei e dos seus antepassados. Na refutação às propostas portuguesas, ela contrapôs, armada sempre de argumentação válida, fazendo regredir todo o espaço de manobra da fidalguia portuguesa.

Ali, era como se fosse a Rainha que deixava a sua mensagem de Paz. Faz o pacto, este simbolizado pela cerimónia do baptismo. Pensamos que não se tratou neste caso de conversão à religião cristã. Para Jinga Mbandi aquela cerimónia mais não seria do que o simples acto que marca uma aliança entre dois estados que se prometem respeitar. Em momento algum da audiência com João Correia de Sousa, deixou transparecer a ideia de que o Ndongo estava enfraquecido, e por tal se deveria submeter à Coroa Portuguesa, como pretendia o dito governador.

A missão de que fora incumbida estava brilhantemente cumprida, restava saber até que ponto os representantes de Portugal em Luanda, estariam

15 — CAVAZZI, A., *op. cit.* Vol. II. pág. 66.

interessados em respeitar o acordo “(...) restituir o dito Rey, os escravos fugidos, e uma recíproca assistência, contra o inimigo de ambas as coroas (...)”. (16)

O Ndongo pretendia por esta via, um acordo que lhe garantisse um apoio à guerra ao Soba Kassanji que havia contribuído para o seu enfraquecimento aquando dos combates que lhe dirigiam os portugueses. Estava à vista que os interesses portugueses para com o Ndongo, não se compadeciam com os acordos então assinados. Os governadores não abdicariam dos sucessos militares que já haviam conseguido.

Desde o início das relações que o objectivo dos portugueses, era conseguir avassalar o Rei do Ndongo, e o percurso seguido, é claro que com algumas cambiantes conduzia para aí, o que contrastava com o querer do Ndongo, interessado numa aliança com os portugueses para o desenvolvimento frutuoso e vantajoso entre ambas as partes. Negócio e amizade, seria o lema do Ndongo. As promessas não foram cumpridas, encontrando-se as populações envolvidas em várias escaramuças que os conquistadores desencadearam.

Ainda assim, Jinga regressa à Luanda, desta feita ao tempo do Governador Pedro de Sousa, isto por volta de 1623. Da mesma forma, este só oferece promessas. Outros combates se seguiram até que Ngola Mbandi se vê rendido, ferido no seu orgulho de Rei, incapaz portanto de devolver à sua gente os momentos de abundância, que as terras férteis do Ndongo proporcionavam “(...) brevemente morreo de desgosto e publicosse que de peçonha que tomou pera Ysso por lhe não cumprir a palavra, e por se ver esbulhado do Reyno, e metido nas ilhas do rio Coanza”. (17)

Com a morte de Ngola Mbandi em 1624, põe-se novamente a questão da vacatura do trono do Ndongo. O Rei falecido deixa apenas um filho menor. “O pouco que pessuya deixou encomendado a Dona Anna de Sousa sua jrmã, e em poder do Jugua Caza hu so filho que tinha por lhe parecer que estava cõ elle mais seguro que nos”. (18)

O trono passa para as mãos de Jinga. Começa aqui a grande problemática sobre a ilustre Mulher. A questão passa pelo seguinte:

Seria legítima a sua entronação?

Relativamente à morte de Ngola Mbandi, foi imputada à Jinga Mbandi a responsabilidade do respectivo acto. Vimos em Cardonega e igualmente em Cavazzi tal asserção. Isto para justificar a usurpação do trono do Ndongo pela Rainha. O poder não lhe cabia por direito, mas sim ao sobrinho, referem ainda os cronistas.

16 — *Ibid*, pág. 66.

17 — HEINTZE, Beatrix, op. cit., 1985, pág. 198-199.

18 — *Ibid*, págs. 198-199.

Contudo nas informações de Fernão de Sousa para a Coroa, verificamos outra versão. Ao anunciar para Lisboa a morte do Rei do Ndongo, o governador descreve-a como sendo o gesto de um Rei desesperado, vencido, que optou pela morte que ele próprio antecipou. (19)

Fernão de Sousa acrescenta que o Rei "(...) deixou nomeada no Reyno Dona Anna de Sousa sua jmrã que esta baptizada, mas ella se não nomea Raynha senão Senhora d'Angola". (20)

Ao admitirmos a iligitimidade de Jinga, colocam-se de imediato algumas questões. Como teria então a Rainha conseguido superar essa dificuldade, para assumir no Ndongo o papel de chefe do povo Mbundu? Miller, por exemplo que dedicou nos seus estudos, um espaço à Rainha, problematizou a questão, partindo dos pressupostos da tradição política dos Mbundus. Por essa via Jinga não teria qualquer hipótese para assumir tão importante cargo. Por um lado existia à partida a impossibilidade de governar dado a sua condição de mulher, por outro, o facto de ser filha de mulher escrava, impedia qualquer ligação à linhagem de tão elevada posição social entre os Mbundu, (21) isto é os Ngola Kiluanji.

Contudo pensamos que esta questão não pode ser vista em termos absolutos. Se a Rainha estava impedida de assumir o poder, pois contrariava os preceitos políticos dos Mbundu, podemos verificar através das informações de Fernão de Sousa que a Rainha teve o beneplácito do povo Mbundu para o dirigir. (22) Os momentos difíceis atravessados pela guerra que lhe moveram os portugueses, teve a participação do povo Mbundu que a apoiou nos combates. Também é verdade que muitos se lhe opuseram, pois o inimigo jogou bastante, dividindo. Os sobas que estiveram contra ela estavam do lado dos portugueses à espreita de melhor negócio. O que é facto é que Jinga, apesar de todas as contrariedades que se lhe puseram, enquanto pode governar, conseguiu através das mais diversas formas lutar pela independência do Reino. É também verdade que poucos foram os momentos de paz neste reinado, os interregnos na guerra foram efémeros, e a razão principal de todo o sofrer dos Mbundu foi que o ideal preconizado pelos seus Reis contrariava a submissão. Por isso ela lutou os muitos anos da sua vida ainda que para alguns sem a devida legitimidade.

20 — Ibid, pág. 196.

21 — MILLER, J., *Nzinga of Matamba in a new Perspective*, in "Journal African History", Cambridge, 1975, pág. 205.

22 — Ibid, pág. 205.

III — A AFIRMAÇÃO NO PODER

Vimos com Ngola Mbandi, por altura da sua subida ao trono que a violência foi o mecanismo adoptado para assegurar o poder. O afastamento dos legítimos sucessores pelo assassinato, ao que parece torna-se prática corrente. Com Jinga Mbandi o mesmo fenómeno vai-se repetir.

O único filho de Ngola Mbandi era o legítimo candidato ao trono do Ndongo, assim o referem as fontes. Devido à sua menoridade, Jinga assume o poder, no entanto não se intitulava de Rainha, "senão senhora d'Angola. (23) O termo senhora, aqui empregue, talvez quisesse significar que o poder que Jinga possuía, seria exercido apenas para uma situação provisória, isto é, governaria interinamente.

A permanência no trono seria garantida, assim que deixassem de existir os possíveis obstáculos que se lhe pudessem opôr. O sobrinho de Jinga ficara por vontade de Ngola-Mbandi sob tutela do "Jaga" Kaza.

Não seria fácil à Rainha conseguir manter o sobrinho sob a sua alçada. Jinga engendra o único plano possível para atingir aquele objectivo e, não tardou que o sobrinho se passasse para as suas mãos, tendo-lhe reservado a sentença de morte.

Após este episódio, Jinga está em condições de exercer o poder e fá-lo prosseguindo a tarefa que arduamente o seu antecessor iniciara. Os Portugueses tinham a qualquer custo de aceitar a permanência do Reino do Ndongo independente. A acção da Rainha nesse sentido far-se-á sentir através da política que imprime, não só dentro como fora das fronteiras do Reino.

Em 1625, era governador, Fernão de Sousa, que acabava de aportar Luanda. A contradição maior que opunha o Ndongo a Portugal estava longe de ser resolvida. Jinga Mbandi prepara o seu plano, buscando uma saída para a situação bastante precária em que se encontrava o Reino.

Fernão de Sousa, informa para Lisboa da situação difícil no Ndongo. Não circulavam os produtos, mal se vendiam os escravos, era miserável o estado que encontrara.

O regimento que lhe coubera para governar, orientava acentuadamente para o recurso aos métodos persuasivos com o fim de levar a bom termo a política portuguesa na região. "Com El Rey de Angola trabalhareis todo o possível para ter paz e amizade e ver se o podeis trazer a minha obediência (...) todos os sobas por meios brandos, suaves e sem rigor, (...) os não obrigareis a me serem tributários, senão quando voluntariamente se oferecerem a o ser (...)". (24)

23 — HEINTZE, Beatrix, op. cit., 1988, pág. 85.

24 — HEINTZE, Beatrix, op. cit., 1985, pág. 145.

O novo governador, teoricamente preconizava um plano distinto dos anteriores. Pôr em prática as recomendações da Coroa, isto é, cingir-se no que lhe impunha o regimento. Acreditava que seria possível atingir tais objectivos, aumentar a renda da Coroa, pela reabertura do tráfico de escravos, pela tributação aos sobas avassalados, sem muita resistência dos africanos. Interessou-se ainda este governador pela exploração das riquezas do solo do Ndongo, "Neste Reyno ha ferro que o gentio faz enxadas, facas, ferros de setas, e de zagayas, ha pedras de seuer, anime serue de breu, chumbo em Cambambe, de que mandey amostras por via, (...)". (25)

O sucesso desta política dependia obviamente da forma como a Coroa do Ndongo por esta altura iria reagir, perante as novas circunstâncias.

Qual a estratégia da Rainha? Desenvolveu uma série de acções de índole política, para fazer valer os seus interesses como defensora do Reino. Quando Fernão de Sousa tenta persuadir a soberana a retirar-se das ilhas, o único garante para a continuação das feiras, prometendo-lhe o envio de missionários da Companhia de Jesus, esta reage favoravelmente. Aceita a oferta, contudo coloca como condição a retirada do presídio de Mbaka e a restituição dos seus homens cativos durante as pelejas travadas.

Jinga persiste com a política do irmão, pugnar pela autonomia política do Reino. O que se altera e aí está o mérito desta ilustre Mulher, são precisamente os meios que utiliza na presecução deste fim.

A Rainha está consciente das possibilidades do Ndongo em termos de oferta aos possíveis parceiros europeus.

Dirige a sua tática política e militar por forma a obter as vantagens necessárias. A motivação portuguesa nesta região ultrapassa de certo modo o negócio do tráfico de escravos, as minas do sal pela sua importância constavam igualmente dos interesses económicos na região.

O Ndongo teria mais para oferecer, já Fernão de Sousa se referia ao assunto quando se preocupou pela indignação das possibilidades do solo no Reino do Ndongo.

Ilude os portugueses, convencido-os de que não vai oferecer resistência. Deste modo, recebe de bom grado os missionários que lhe enviaram os seus opositores. Mas ainda assim, a exigência de Jinga não é cumprida. Fernão de Sousa não ousa transferir o presídio de Mbaka sem o consentimento de Lisboa. No entanto ele aprova esta medida, pois crê que a mesma contribuirá em benefício para a Coroa. A cumprir-se a palavra de Jinga, reiniciaram as feiras e o resgate que tanta falta lhes fazia. Neste sentido recomenda "(...) e que o presídio de Embaca mude para Loynha por ser mais conveniente ao serviço de Vossa Magestade." (26) Parece-nos que Fernão de Sousa se esquece da posição estratégica do presídio. Ao retirar-se daquele local ficava mais vulnerável a posição portuguesa à ameaça holandesa, bem como facilitaria a fuga dos escravos. Daí que perdeu a situação, ainda que contrariando todos os acordos até aí assumidos.

25 — Idem, pág. 265.

26 — Idem, pág. 200.

Mantinha-se a Rainha pelas ilhas, prosseguindo com os portugueses o diálogo necessário para limarem as respectivas contradições. Enquanto isto, o governador acredita que pode demover Jinga, esperando a todo o momento a aceitação da vassalagem. Contudo, a força da Rainha vai-se refazendo, os seus homens retornam à sua soberania, abandonando a alçada portuguesa. Em termos militares o Reino começava a ganhar folgo, Jinga sabe que a calma era aparente, pois enquanto o presídio se mantivesse em Mbaka, as relações não se normalizariam.

As hostilidades são retomadas. Jinga assume-se como verdadeira inimiga dos portugueses. A relação com a Coroa de Portugal só se justificava, desde que o Reino do Ndongo não tivesse que se sujeitar às conveniências políticas de Portugal, poderiam sim, manter um comércio favorável a ambos.

As hostilidades são retomadas. Jinga vai ter de enfrentar alguns sobas vizinhos. É o caso de Adi Kiluanji vassalo de Portugal. Este é mandatado por Fernão de Sousa para se deslocar ao presídio de Mbaka com o fito de a partir daí recolher informações que pudessem denunciar os verdadeiros propósitos da Rainha. Jinga reage a esta afronta declarando guerra ao soba. Adi Kiluanji por sua vez, como aliado dos portugueses recorre ao seu auxílio militar para conter o ímpeto do exército de Jinga. Nestes confrontos, a Rainha leva a melhor. Fernão de Sousa, em resposta manda reforçar o dito presídio para a partir daí mover guerra à Rainha obrigando-a a largar o trono.

Fernão de Sousa agia agora de outra forma. Destronar Jinga, colocando em seu lugar outro rei que o favorecesse nas suas pretensões.

Seguiram-se em cumprimento desta medida, dois regimentos. O primeiro em 1626 dirigido por Bento Banha Cardoso e o segundo em 23 de Agosto de 1628 por Paio de Araujo de Azevedo. Tinham como objectivo contrariar a resistência do exército e submeter a Rainha. "(...) dona Anna Jinga esta intruza do Reino e conuem pera se conseguir o que sua Magestade manda aja rey em Dongo cristão e vassalo de sua Magestade". (28) Jinga, está deste modo envolvida numa verdadeira guerra. O inimigo não iria ter contemplações.

A política que a Rainha impôs para salvar a situação, permitiu que os portugueses não lograssem de imediato a conclusão dos seus objetivos no Ndongo. Passaram-se anos de extrema conturbação. Se por um lado, estes haviam optado por destronar a Rainha, colocando no poder um elemento favorável aos seus interesses, remetendo assim, Jinga para longe dos seus domínios, tendo contra si um elevado número de sobas.

Por outro lado foi bastante talentosa a política defensiva de Jinga Mbandi. A acção portuguesa desenvolvida no reino havia minado sobremaneira o ideal político dos Mbundu, sob a dependência dos Ngola-Kiluanji.

Se os Mbundu se constituíram num grupo heterogéneo, em que a linguagem preponderante na região, submetia todas as demais, a linhagem dos

Ngola Kiluanji a que muitos grupos se bateram por adoptar, (29) confrontava-se com um problema sério de resolver.

Assim, para fazer face ao cerco a que lhe votaram os portugueses, a Rainha recorre à política de alianças com outras forças extra-Mbundu, para deste modo recuperar o domínio na região.

Tendo Jinga Mbandi experimentado o convívio com os Imbangala, levando inclusivamente a rainha a adoptar os seus ritos e costumes, estava por esse facto capaz de exercer como convinha a arte da guerra que os Imbangala dominavam com bastante perfeição. Os propósitos portugueses tinham-se valido deste grupo para as suas campanhas militares, como já aqui foi referido.

Jinga Mbandi estabelece com os Imbangala uma aliança, buscando neles a forte organização militar de que carecia o seu exército para rechaçar as hordas inimigas.

"(...) Marchou o Capitão Môr em demanda das ilhas da Quindonga onde a Rainha Jinga estava fortificada, assistida de muitos Jagas, (1) como era Caza e Caiete, que aquella austicioza Rainha com seus ardis e industria se havia assenhorado de seus Quilombos". (30) Foi assim que Jinga se defendeu, impondo algumas vezes ao exército de Fernão de Sousa.

Jinga elege a Matamba como base de apoio para a guerra que ainda resta, para conquistar o espaço perdido. Decide pela conquista da Matamba, região a que os portugueses já haviam penetrado durante as guerras que lhe movera Luís Mendes de Vasconcelos. Cavazzi refere que esta intenção de Jinga retorna ao passado geopolítico da região. Os antigos Reis do Ndongo já haviam dominado o conjunto da Matamba e do Ndongo. Nesta óptica, não admira pois, que Jinga considerasse lícita a conquista da Matamba.

Na Matamba Jinga Mbandi toma o poder, destitui o cargo que assumia neste reino a senhora Munyongo • Matamba. A partir daí, impõe o seu poder na região. Faz-se respeitar e obtém o apoio da sua gente. Matamba constitui deste modo, a única alternativa (31) dada a situação que lhe ia impondo o ritmo da guerra. Era preciso reorganizar as forças já bastantes divididas, pois os portugueses nem sempre utilizavam a mesma arma. Associada à força estava principalmente a manobra política, que colocou ao lado do inimigo vários sobas. Ngola Adi é o caso típico, porque com este pretendia-se alterar a correlação de forças no âmbito geral do Reino. Não era o soba desta ou daquela província que se avassalava, era o Rei que estendendo o seu poder à toda a região, influenciaria no modo de agir relativamente aos portugueses, isto é, o Ndongo perderia a autonomia.

No entanto, a instabilidade no Ndongo era uma constante que estava longe de terminar. O Rei eleito pelos portugueses, de qualquer modo, não pôde garantir o pretendido. Ninguém quis obedecer a Ngola Adi.

29 — PARREIRA, Adriano, *Economia e Sociedade em Angola na época da Rainha Jinga Século XVII*, Editorial Estampa, Lisboa, 1990, pág. 181.

(1) — Designação a que os portugueses davam aos Imbangala.

30 — CADORNEGA, op. cit., Vol I, págs. 130-131.

31 — PARREIRA, Adriano, op. cit., pág. 181.

Esta constatação é referida por Fernão de Sousa, talvez arrependido da atitude tomada, pois os louros desejados não vinham à superfície, e o seu objectivo principal não se concretizava. "E por não succeder a elleição do Rey como convinha, por lhe desobedecerem os souas, e o não terem por seu Rey, e senhor legítimo, (...)." (32)

A Rainha recorre mais uma vez ao apoio externo. Chegavam a Luanda, barcos holandeses, depois de um período de ameaças, os concorrentes europeus dos portugueses, no tráfico de escravos instalam-se na região.

A presença holandesa, vai ser bem explorada pela Rainha. Assim que toma conhecimento do facto, faz chegar àquelas individualidades uma Embaixada que entrega as dádivas de Jinga Mbandi. Faz com eles um pacto para o combate ao inimigo comum. Combate não só através das armas, mas fundamentalmente no domínio comercial, já que o Ndongo beneficiaria deste comércio, sem que para tal se obrigasse a perder a sua soberania.

Os Holandeses no Reino de Angola estariam interessados unicamente no tráfico de escravos. (33) Daí que à Rainha interessou este aliado. Por um lado a vantagem no comércio para ambas as partes, por outro a possibilidade de através destes retomar com maior vigor a luta contra os portugueses. Um dos meios de que se vai valer a Rainha para atingir este objectivo é a compra de armamento aos holandeses, aumentando assim a eficácia da sua tropa.

Os combates ganham nova intensidade, Jinga passa mesmo ao ataque, agora com "(...) as costas quentes, com o socorro do flamengo." (...) (34) Desenvolve com os seus aliados toda uma série de expedições contra os portugueses.

Esta aliança levou longe o domínio da Rainha. Foi possível atingir desde as montanhas do interior até às zonas próximas do litoral. (35) Pretendia a soberana alcançar mesmo a zona costeira para o controlo directo do comércio no Atlântico, com os possíveis parceiros que acostassem naquela zona, contribuindo no proveito económico do Reino.

Pelos anos que se seguiram, desde a sua entronação, à aliança com os Holandeses, isto no ano de 1641, não descansou a soberana em desferir golpes quer diplomáticos como militares, já que os seus inimigos insitiam na subjugação do Ndongo. Jinga, enquanto puderam as suas forças, não permitiu tal veleidade.

Postos os desaires que a guerra também provocou aos portugueses, mesmo quando Ngola Adi era em seu entender o Rei do Ndongo, acabariam estes políticos por reconhecer dramaticamente a falha de Fernão de Sousa, ao pretender substituir Jinga Mbandi por Ngola Adi. "(...) porque o Senhor Bispo duuida da eleição deste Rey Angolla Are, e de se lhes poder dar Reino, (...) dis mais Dona Maria Cambo que elle sera are, mas angolla não será nunca e que dona Anna a não avião de matar, antes a deixariam passar liurementemente e lhe dariam o necessário porque he angolla que ninguem ouza pegar". (36)

32 — HEINTZE, Beatrix, op., cit., 1985, pág. 203.

33 — BIRMINGAN, D. *Trade and Conflict in Angola* Claredon Press, Oxford, 1966, pág. 107.

34 — CADORNEGA, op. cit., Vol I, pág. 292.

35 — MILLER, J. op. cit., 1975, pág. 210.

36 — HEINTZ, Beatrix, op., cit., 1985, pág. 210

Como já aqui havíamos referido, a permanência no poder de Jinga Mbandi, embora contrariada pelos portugueses que não encontravam forma de a demover ou vencer, referiam a sua provável iligitimidade no poder pelo facto desta ter morto o sobrinho. No entanto esta asserção é imediatamente posta em causa.

Pelo que foi dado a observar, no Ndongo, o poder atinge-se conquistando-o. (37) Aconteceu com Ngola-a-Mbandi e agora com Jinga. A experiência iria demonstrar que esse poder se justificaria não só através de golpes, envolvendo a morte deste ou daquele parente mais próximo. A ligação à linhagem de maior preponderância política na região legítima á partida o acto para o exercio do poder.

O êxito de Jinga Mbandi nesta prolongada carreira à frente do Ndongo, e da Matamba, deve-se efectivamente ao facto de ela ser Ngola. Daí o seu prestígio, acrescido à sua particular capacidade de intervir como chefe, tal como vimos no desenrolar da sua acção, o que a torna de facto num símbolo de inegável valôr na história destes povos que a souberam acompanhar enquanto foi possível deter a intenção portuguesa de submeter os Reinos do Ndongo e da Matamba.

Cadornega, ao referir-se sobre a Rainha para expressar a sua admiração pelo talento da soberana, diz a dado passo da sua obra: "(...) Esta Rainha Jinga Donna Anna de Souza era muito Estadista e de muita altiveza (...)" (38)

O conceito estadista aqui empregue pelo cronista não pode ser entendido nos mesmos parametros de hoje. Como é óbvio, contudo ao seguirmos o autor neste que constatação, e sem queremos errar, ficamos de imediato com a percepção de que Jinga Mbandi demonstrou pela sua actuação no poder, não só a reputação dos Ngola como chefes de um povo soberano, como igualmente evidenciou os dotes que adquiriu na arte de reinar, deixando deste modo um traço indelevel na história política que fez a sua época.

IV — JINGA MBANDI E A RELIGIÃO CRISTÃ

Relativamente ao período da sua permanência no poder logo após a expulsão dos Holandeses em 1648, vamos assistir a uma fase de recuo político militar, pois Jinga acaba por ceder à pressão dos portugueses.

De 1648 a 1655, altura em que está em ação da parte portuguesa Salvador Correia de Sá, o oficial português que desembarcou em Luanda para surpreender os holandeses e fazê-los recuar.

Cavazzi refere que o governador age com extrema bondade para com a Rainha. Pela mão de Rui Pegado chegaram às mãos de Jinga correspondência do Rei de Portugal e do próprio governador, incluindo presentes que recebeu com agrado. (38)

Digamos que a atitude do governador, vai provocar uma viragem da relação Ndongo, Luanda. Vai ser vasta a correspondência entre ambos.

Salvador Correia de Sá convida a Rainha a abandonar os preceitos dos Imbangala que ela interiorizou quando conheceu o seu Kilombo. Jinga Mbandi respondeu inicialmente reivindicando o território perdido e expressando a sua grande vontade em reconquistar, o Reino da Matamba.

As hostilidades não tinham terminado por completo, a Rainha insistia na recuperação das terras e mais que tudo a libertação de sua irmã Kambo ainda na posse dos portugueses.

Nesse sentido, a soberana vai desenvolver alguns combates, mas sem qualquer resultado. A fase fulgurante da sua carreira política e militar, colocando-se como verdadeira adversária dos portugueses, chefiando a causa do Reino autónomo que os seus antepassados sempre quiseram, vai aos poucos dissipar-se.

A pressão da Igreja vence a Rainha, que acabou ao que parece segundo as referências de Cavazzi, numa cristã de facto.

Pesavam agora à Rainha os 28 anos de uma vida bastante agitada, de vitórias e derrotas. A influência que podia exercer nos combates contra o inimigo era praticamente nula.

Acaba por aceitar o cristianismo como sua religião para o que estava implícita a submissão do Reino já bastante ocupado.

Nunca mais o Ndongo e a Matamba puderam impôr a sua força aos mais variados domínios. A destruição dos campos, a pilhagem das minas do sal, do ferro, a sangria da sua gente seria o resultado de todos os tempos sofridos.

Terminava assim, um período da história do Ndongo, a capitulação era um facto, os princípios por que se tinha batido com o povo que a acompanhou no seu reinado, ficaram encerrados no íntimo de cada um, cada vez mais marcado pela influência estrangeira que impunemente o tempo vai acentuar em cada homem, mulher ou criança.

CONCLUSÃO

Do que nos foi possível esboçar, para retratar a actuação de Jinga Mbandi no poder, podemos aferir em guisa de conclusão que a assumpção deste mesmo poder pela Rainha resultou fundamentalmente da sua ligação aos Ngola-Kiluanji, do prestígio que adquiriu como individualidade que se destacou no conjunto sócio político dos Mbundu.

Pensamos que só a sua ligação à alta esfera social do povo Mbundu permitiu à Rainha exercer o poder aos seus súbitos, quer no Ndongo como na Matamba.

Quanto à sua actuação propriamente dita, esta correspondeu a todo um conjunto de acções que a soberana desenvolveu na sequência do traçado político que impôs, procurando sempre fazer coincidir a atitude com a circunstância do momento. Para cada caso um gesto ajustado, o objectivo seria impedir a intervenção estrangeira portuguesa nos destinos do seu povo.

De qualquer modo, o esforço empregue no longo período do seu reinado, no decorrer das guerras, revoltas, pactos, avanços e recuos, não correspondem à grande motivação que teria orientado Jinga nestas contendas. Manter o Ndongo e depois a Matamba livres do controlo directo dos portugueses, não foi o fim que teriam querido as suas gentes, e todo o seu séquito. Apraz-nos no entanto referir que as expectativas em manter esse ideal, ainda que goradas não retiram de algum modo a importância que teve esta soberana no contexto da luta travada na época para garantir a permanência de um modo de vida próprio de um povo.

Assim, Jinga Mbandi constitui em nosso entender uma referência digna de realce exprimindo o "Ser Político" da sua época.

Se as consequências para o Ndongo nas três décadas, o período que durou o seu reinado, não foram as mais animadoras, o que é certo, e isto é importante reter, enquanto pôde, a Rainha tudo fez para atingir a prossecução dos objectivos que lhe legaram os seus antepassados.

BIBLIOGRAFIA

- BIRMINGHAM**, David, *Trade and Conflict in Angola*, Claredon Press, Oxford, 1966.
- CADORNEGA**, Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas*, Vols. I, II, III, Ática, Lisboa, 1941.
- CARVALHO**, Ruy, D., *Ana a Manda — Os filhos da Rede*, Instituto de Investigação Tropical, Lisboa, 1989.
- CAVAZZI**, J.A., *Descrição Histórica dos Três Reinos: Congo, Matamba e Angola*, Vol. II Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965.
- DELGADO**, Ralph, *História de Angola, Benguela* (Vol. I, II, Tipografia do Jornal Benguela, 1948.
- D'AZEVEDO** J.M., *Jinga Mbandi Rainha da Matamba — 1583-1663*, Oficinas Gráficas Augusto Costa, Braga, 1949.
- FELGAS**, Hélio, *As Populações Nativas do Congo Português*, Tip. Angolana, Luanda, 1960.
- FELNER**, Alfredo de Albuquerque, *Angola Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela, extraídos de documentos históricos*, Coimbra, 1933.
- HEINTZE**, Beatrix, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, Franz Steiner Verlag Wiesbaden, Stuttgart, 1985.
- IDEM**, *Angola nas Garras do Tráfico de Escravos: As Guerras do Ndongo*, (1611-1630), in "Revista Internacional de Estudos Africanos, N.º 1 Jan. Jun. 1984.
- IDEM**, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, Franz Steiner Wiesbaden Stuttgart, 1988.
- KAKE**, Ibrahima Baba, *Anne Zingha-Reine d'Angola resitante à l'invasion portugaise*, ABC, Paris, 1975.
- MILLER**, Joseph, *Nzinga of Matamba in a new perspective*, in "Journal of African History," XVI. N.º 2, Geat Britain, 1975.
- PARREIRA**, Adriano, *Economia e Sociedade em Angola na época da Rainha Jinga Século XVII*, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.



MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA

0813